

**RUÍNAS E TESTEMUNHOS:
o lembrar através de marcas do passado**

***RUINS AND TESTIMONY
remembering through past marks***

Myrian Sepúlveda dos Santos

Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Resumo

Com base em uma pesquisa desenvolvida a partir de entrevistas com funcionários e internos das antigas prisões que foram instaladas na Ilha Grande, este artigo procura mostrar que a construção do passado por meio de narrativas envolve sempre o esquecimento, que é parte da forma seletiva da lembrança, mas que também se impõe em experiências traumáticas. Embora a dificuldade de se manter um vínculo com o passado torne-se mais nítida quando os seus vestígios estão presentes apenas em ruínas e testemunhos, defende-se o argumento de que estes devem ser considerados importantes fontes de conhecimento.

Palavras-chave: memória coletiva, esquecimento, trauma, prisões, ruínas.

Abstract

Based on a research developed from interviews with inmates and servants of old prisons installed in Ilha Grande, this article seeks to show that the construction of the past through narrative always involves forgetfulness, a part of a selective way of memory but it also imposes on traumatic experiences. Although the difficulty of maintaining a link with the past become clearer when their remains are present only in ruins and testimonies, we defend the argument that they should be considered important sources of knowledge.

Keywords: collective memory, forgetting, trauma, prisons, ruins.

Introdução

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória (Nora, 1993, p. 7-28).

Nós vivemos em um período que se caracteriza pela exacerbação da memória, pela multiplicação de instituições, como arquivos, bibliotecas, museus e parques botânicos e zoológicos; por práticas cotidianas que fazem das coleções de objetos seus objetos de desejos; por jogos familiares em que álbuns, fotografias e imagens passam a ser suportes de lembranças; por políticas preservacionistas que cada vez mais se associam à indústria do turismo. Mas se algo foge à regra, neste quadro, e de forma exemplar, são as prisões. Delas nada se quer guardar.

Com base em uma pesquisa sobre as prisões da Ilha Grande, procurarei mostrar que o caso das prisões não é tão excepcional como possa parecer, que a obsessão com a memória pode estar associada à perda de vínculos com o passado e que a dificuldade em lidar com ruínas expressa o distanciamento crescente que temos em relação ao que já passou.

A produção do esquecimento se dá de várias formas, e o objetivo deste artigo será o de apontar que a construção do passado por meio de narrativas muitas vezes não produz o efeito esperado e pode representar até mesmo uma ruptura em relação a este mesmo passado que se procura alcançar. Esta argumentação será realizada a partir da retomada de uma trajetória acadêmica. Em 2000, paralelamente às investigações sobre a violência nas prisões da Ilha Grande, assumi a tarefa de contribuir com a sub-reitoria de pós-graduação e pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com um projeto para a criação de um museu no *campus* que estava sendo construído naquele local. As atividades desenvolvidas com um conjunto de profissionais, que será descrita na primeira parte deste artigo, já aponta algumas das dificuldades que temos para lidar com o passado.

Em seguida, serão oferecidos alguns dados relativos às narrativas existentes sobre as prisões que foram instaladas na ilha. A construção do museu, com sua primeira exposição –“Cem Anos de Presídio” –, representou uma experiência singular, uma vez que os dados historiográficos levantados sobre as prisões, minha preocupação há duas décadas, não foram facilmente traduzidos nas narrativas constituídas. Ao iniciar a investigação, percebi que não havia uma reconstituição histórica das prisões que foram instaladas na ilha e, mais do que isso, me deparei com a ausência de dados e de arquivos, em total contraste com o atual investimento na preservação de documentos. A reconstrução das práticas existentes naquelas prisões facilmente nos remeteu à permanência de uma violência que se reproduz contra aqueles que são encarcerados, os quais, de uma maneira geral, não têm recursos econômicos e políticos. As autoridades governamentais, do tempo do Império aos dias atuais, têm conhecimento do que se passa nas prisões, e pouco fazem para alterar o estado deteriorado e sub-humano do sistema penitenciário. Observa-se, além de tudo, um total descaso da população com relação às denúncias realizadas. O desafio então seria o de aumentar a sensibilidade do público quanto a sua responsabilidade na manutenção de um sistema que não cumpre a lei ao aplicar penas desumanas aos internos, colocando em risco sua dignidade e sobrevivência. Mas também sabíamos que as narrativas criadas, tal como as destruições midiáticas, poderiam promover o esquecimento se não deixassem em aberto os conflitos existentes no passado.

A dificuldade de se manter um vínculo com o passado torna-se mais nítida quando os objetos são ruínas e testemunhos. Este será o tema aprofundado na terceira e última parte deste argumento. Ruínas materiais e morais costumam ser esquecidas. No Brasil, desde pelo menos a década de 1960, a destruição espetacular de prédios de presídios e penitenciárias desativados, com quilos de dinamite, explosões, colunas de fumaça e a sempre presente cobertura midiática, tornou-se recorrente¹. No caso da Colônia Penal Cândido Mendes, em 1962; do Instituto Penal Cândido Mendes, em 1994; do Carandiru, em 2002; e do complexo Frei Caneca, em 2007, a destruição material esteve acoplada a uma promessa de futuro, à crença de que transformações radicais iriam acontecer e de que a história não se

1 Sobre o tema ver Santos (2013).

repetiria. Como a remoção dos escombros da Ilha Grande é uma tarefa que exige gastos elevados, as ruínas lá permaneceram. São estruturas fora de seu tempo, que deixam aparentes os registros de um tempo passado.

A construção do Museu do Cárcere

As primeiras impressões que tive ao assumir a tarefa de elaborar um projeto para um museu na Ilha Grande – isso por volta do ano de 2000– foram justamente a de que a equipe montada para recuperar a vila Dois Rios, composta por arquitetos, escritores e administradores, tinha o interesse em se livrar das ruínas do antigo Instituto Penal Cândido Mendes (IPCM). Ruínas, escombros e entulho se tornavam equivalentes, e as ruínas só não foram retiradas da vila devido à grande dificuldade de escoamento. Para elaboração do projeto, convidei o museólogo e professor do Programa de Pós-Graduação Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), Mario Chagas, e juntos idealizamos a proposta de criação do Ecomuseu Ilha Grande, cuja principal meta seria a da preservação da natureza, da história e da cultura local, a partir da participação direta de moradores, organizações não governamentais, associações e instituições comprometidas com o museu.

No que dizia respeito às ruínas, inicialmente eu e Mario Chagas estranhávamos e até nos divertíamos quando nos pediam um projeto que fosse capaz de expulsar os fantasmas do presídio. As propostas existentes procuravam eliminar traços dos antigos presídios; propunham um retorno à arquitetura “harmônica” de vila militar; ou, ainda, traziam cores vivas, como o vermelho, para as construções no interior da vila, que embora atraísse insetos e criasse um forte contraste com a vegetação, gerava a esperança de que o local, marcado por cem anos de violência e desrespeito à dignidade humana, pudesse adquirir novos contornos. Meu passado de historiadora e a veia poética do Mario foram responsáveis por um maior comprometimento com o passado do Instituto Penal Cândido Mendes.

Algumas palavras precisam ser ditas sobre os fantasmas da vila Dois Rios. Em 1994, toda a área anteriormente ocupada pelo Instituto Penal foi cedida para a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj), pelo governo do Estado. Dois anos mais tarde, foi criado no

local o Centro de Estudos Ambientais e Desenvolvimento Sustentável (Ceads), com a meta de fomentar pesquisas voltadas para o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável². A Universidade, em contrapartida, assumiu alguns compromissos, como a manutenção de algumas atividades da vila, que tinha em torno de trinta casas cedidas a antigos funcionários do IPCM, e a construção de um museu no local das ruínas do IPCM. Os limitados recursos obtidos pela Universidade foram investidos na reforma do prédio do antigo batalhão da Polícia Militar, tendo sido lá instalados laboratórios e um dormitório para professores e alunos. A vila, em tempo muito curto, perdeu o traçado geométrico das ruas e dos canteiros. As casas perderam suas tintas e rebocos caíram.

Nos aproximadamente vinte anos em que lá funcionaram as colônias agrícolas, isto é, entre 1940 e 1960, além do centro da vila, a terra cultivada e o espaço destinado às criações de animais ocupavam uma área muito grande. Havia ainda na vila diversas oficinas, uma usina, um estaleiro, uma olaria e até mesmo um cemitério. Toda a mão-de-obra utilizada no funcionamento destas atividades era de presos. Após a implosão do IPCM, em 1994, e a instalação do Ceads, dois anos depois, a vegetação se confundiu com as ruínas do grande complexo penitenciário lá instalado. O Ceads trouxe um novo projeto para a região, que é considerada pelos pesquisadores como santuário ecológico, devido à riqueza e diversidade de recursos naturais.

A Ilha Grande faz parte da Reserva da Biosfera da Unesco, desde 1993, e está incluída na Área de Proteção Ambiental (APA) Tamoios e no Parque Estadual da Ilha Grande (Peig). Além disso, contém duas outras unidades de conservação, a Reserva Biológica e Arqueológica da Praia do Sul e o Parque Estadual Marinho do Aventureiro. A partir da desativação da penitenciária, a universidade investiu em pesquisas sobre meio ambiente, e as atividades econômicas se voltaram para a exploração turística da ilha.

Embora a maior parte das autoridades entrevistadas acreditasse que a antiga penitenciária tivesse sido totalmente destruída por implosão, a parte frontal manteve sua estrutura básica. Quinze anos atrás encontravam-se ainda em boas condições o prédio do presídio feminino, o antigo cinema e os muros e guaritas do Instituto Penal. Algumas edificações, como o antigo presídio feminino, o cassino, a

2 Para informações sobre o Ceads, consultar o aite disponível em: www.sr2.uerj.br/ceads/. Acesso em: set. 2013.

igreja, a escola, a residência dos antigos diretores, e as diversas casas de antigos funcionários, todas parte do complexo penal, adquiriram novas funções e são utilizadas por antigos moradores e pelo Ceads.

No projeto inicial do Ecomuseu Ilha Grande, foram propostas quatro unidades que poderiam associar o passado às novas vocações da vila: o Museu do Cárcere, nas ruínas do Instituto Penal Cândido Mendes; o Museu do Meio Ambiente, no prédio que abrigava o antigo presídio feminino, na época ainda em boas condições; o Centro Multimídia, no prédio do antigo cinema; e o Parque Botânico, no pátio do Instituto Penal. Os museus serviriam para preservar meio ambiente, história e cultura, como também para divulgar as diversas pesquisas em andamento realizadas pelos biólogos, geógrafos, oceanógrafos e demais profissionais associados ao *campus*.

Sem medo de fantasmas, mas com grande dificuldade, pois os diversos órgãos do Estado que procuramos não se interessaram pelo projeto, obtivemos um financiamento da Faperj para abrir ao público as ruínas do antigo presídio, na forma de “Museu do Cárcere”. O primeiro módulo do museu foi inaugurado em 2009, quase uma década após o início do projeto. Duas museólogas se integraram à equipe e foram determinantes na execução do projeto, Viviane Wermelinger e Gabriela Faria³. Associou-se ao projeto o arquiteto João Calafate, diretor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Santa Úrsula. O projeto arquitetônico visava recuperar algumas estruturas, para serem abertas ao público, e criar outras, para proteger algumas ruínas. Foi mantida a proposta de construção de passarelas suspensas, que permitiriam ao visitante visualizar as ruínas de muros e guaritas. Seu projeto procurava combinar preservação e restauração. A ideia seria a intervenção mínima necessária para tornar o local acolhedor para o visitante. Sem perder sua funcionalidade, a nova estrutura deveria preservar muros, guaritas, prédios, e, dentro deles, vigas, ferragens e parte dos tijolos originais, elementos capazes de permitir que o visitante tivesse acesso à passagem do tempo. Estávamos todos interessados na preservação de algumas das ruínas existentes, devido ao impacto que causava o seu testemunho sobre a presença de mais de cem anos de cárceres na Ilha.

Com uma verba reduzidíssima, conseguimos inaugurar o

3 O que encontramos em Dois Rios, a partir de 2000, está registrado na série de fotografias das ruínas no site da linha de pesquisa que coordeno, “Arte, Cultura e Poder”, disponível em: <www.artecultpoder.org>. Acesso em: 10 jun.2013.

primeiro módulo do Museu do Cárcere no galpão que antes abrigava a antiga padaria do IPCM⁴. A partir da perspectiva de inauguração, uma série de acontecimentos mostrou que a preservação do passado não é uma tarefa tão simples. Novos projetos surgiram, colocando em questão a ideia original. Nós nos confrontamos com a construção de quiosques e paisagens caribenhas no interior do espaço do antigo presídio e até mesmo com a demolição de muros da penitenciária, que foram utilizados como entulho para fins de pavimentação da estrada que liga a vila Dois Rios à vila do Abraão.

O grande aprendizado foi perceber que para os diversos interlocutores que tínhamos no âmbito da universidade, a tarefa do Museu do Cárcere estava restrita à reconstrução de uma história sobre o passado. Painéis, documentários, objetos e mobiliário compuseram a primeira exposição. Qual seria a capacidade de o novo projeto manter viva a história de Dois Rios? Achávamos importante a criação de um espaço de reflexão sobre o que lá tinha acontecido, uma vez que, no Brasil, ainda que sob novas formas, continuamos a ter um dos mais bárbaros sistemas carcerários do mundo. A possibilidade de reflexão a partir de discursos informativos é muito pequena. Tanto as autoridades responsáveis como a sociedade em geral estão cientes da violência que existe no interior das prisões brasileiras. A nova museologia, ciente dos limites presentes nas exposições tradicionais, tem acenado para diversas estratégias expositivas em que, além da informação, procura-se transmitir emoções, conflitos e provocações. As ruínas e testemunhos, assim como a produção artística, cumprem um importante papel nessa nova linguagem⁵.

Dois Rios: caldeirão do inferno

O desejo de parte da população por segurança faz com que surjam demandas pelo aumento do número de prisões, por penas mais longas e pela diminuição da maioria penal. Procura-se a solução imediata, ou seja, tratar o maior número de crimes com maior rigor penal e um número maior de celas. As denúncias sobre os maus tratos não têm repercussão e, quando alcançam alguma

4 Para informações e imagens sobre o funcionamento do Museu do Cárcere, atualmente sob a direção do Prof. Gelson Rozentino, responsável pela inauguração de novos módulos expositivos, ver site disponível em: <<http://museucarcereuerj.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 10 set.2013.

5 Ver, por exemplo, as estratégias descritas em Pollock e Zemans (2007).

expressão, desaparecem dos noticiários com rapidez. As prisões brasileiras, contrariamente a todas as denúncias sobre arbitrariedades e ilegalidades, continuam a ser consideradas majoritariamente como o mal necessário.

Se considerarmos que, no caso de Dois Rios, a situação descrita é, ainda, em grande parte, reproduzida nos sistemas penais vigentes, podemos nos perguntar: Qual o sentido de criarmos um museu do cárcere? A quem ele interessaria? Para que experiências do passado tenham impacto sobre o presente é preciso que haja certa continuidade entre elas. Museus e memoriais costumam apresentar ao público uma representação de algo que ocorreu em um tempo distante e que, na maior parte das vezes, não mantém vínculo com as práticas do presente. Desta forma, o público pode brincar com os fantasmas do passado, porque eles estão distantes e são inofensivos. Da mesma maneira que a destruição de grandes complexos penitenciários por quilos de dinamite procura destruir os traços do passado e apontar para o futuro, uma exposição pode transformar a violência em espetáculo, e um discurso historiográfico congelar um momento do passado.

Apesar desses riscos, quando uma história é esquecida, a reconstituição de fatos, eventos e instituições que foram deixados à margem é sempre um desafio. Há poucos dados, mesmo em arquivos públicos, sobre as prisões da Ilha Grande⁶. A Colônia Correcional de Dois Rios (CCDR) foi uma colônia agrícola federal, instalada em 1894, na vila Dois Rios, na Ilha Grande, para a correção, pelo trabalho, de pequenos infratores, denominados pela lei de “contraventores”. Em 1893, o Decreto nº 145 destinava à Colônia os “vadios, vagabundos e capoeiras” *reincidentes*. Em 1903, os adjetivos vinculados aos contraventores cresceram bastante, pois para a CCDR deveriam ser enviados “os mendigos válidos, do sexo masculino, vagabundos ou vadios, capoeiras, ébrios habituais, jogadores, ladrões, dos que praticarem o lenocínio e dos menores viciosos.” O Decreto nº 6.994, de 1908, acrescentou às definições anteriores, aquela de desordeiro; ele destinava à Colônia os vadios, mendigos válidos, capoeiras e desordeiros⁷. Em suma, a CCDR recebia uma população sem acesso a

6 Para um estudo sobre a violência nas prisões da Ilha Grande entre 1894 e 1945, ver Santos (2009).

7 No artigo 52, o Decreto nº 6994, de 19/06/1908, reorganiza a CCDR, definindo quem seriam os internos da CCDR, com base no Código Penal de 1890, na lei nº947, de 29/12/1902 e no Decreto Legislativo nº145, de 11/07/1893.

recursos econômicos, sociais e políticos. A Colônia só foi extinta em 1955 e foi, por muito tempo, associada ao caldeirão do inferno, tal a precariedade das instalações, brutalidade do tratamento, número de doenças e mortes. Instalada em prédios de uma antiga fazenda de café, a grande cela coletiva mais se assemelhava às descrições de antigas senzalas.

As construções de estabelecimentos prisionais em ilhas, dificultando o acesso do público, não foram arbitrárias. A proposta de reabilitar os sentenciados pelo isolamento é hoje criticada, mas ela fez parte das políticas penais do século XX, quando diversas ilhas foram utilizadas para aumentar o isolamento dos presos e maximizar o sistema de segurança. As ilhas dificultavam o olhar externo sobre o que acontecia nas prisões. Elas tornavam invisível o castigo, tal como descrito por Michel Foucault (1975) em *Vigiar e Punir*. Segundo ele, a punição deixou de ser realizada como um teatro visível e passou a ocorrer de forma velada, no interior dos presídios. Os mecanismos de controle exercido pelas prisões modernas tiveram por objetivo a produção, nos indivíduos, de um comportamento dócil. Este deveria ser obtido a partir do momento em que os presos, separados entre si, em celas individualizadas, internalizavam o comportamento esperado, como resposta à vigilância constante exercida de forma invisível para eles. A lógica do sistema penal fazia parte de uma estratégia de controle que se tornava mais forte, sistemática e ampliava seu poder a partir da dominação da psique, ou da “alma”, do ser humano. O poder disciplinar não necessitava dos castigos corporais presentes no período medieval. O panóptico, idealizado por Jeremy Bentham, representou para Foucault a metáfora da modernidade, devido à sua capacidade de vigilância contínua e de indução a comportamentos esperados. Para o filósofo francês, o controle sobre o comportamento dos indivíduos não estava restrito às prisões e fazia parte de estratégias mais gerais de manutenção da ordem estabelecida (Foucault, 1975).

Foucault descreveu mudanças ocorridas no sistema penal europeu, quando práticas medievais que expunham esquadrejamentos e outras torturas aplicadas aos sentenciados foram gradativamente sendo substituídas pelo regime de prisão celular. Os juristas brasileiros dialogavam e pesquisavam os sistemas penais estabelecidos em países como França ou Inglaterra, ou mesmo, Estados Unidos⁸. Algumas

⁸ A implantação do sistema penal no Brasil, logo após a declaração da República, foi realizada a partir de amplo debate, envolvendo a opinião pública e políticos, juristas, advogados e professores como Souza

das mudanças apontadas por Foucault, como separação entre presos, também ocorreram na Ilha Grande, embora parcialmente e apenas em meados do século XX. A CCDR, inicialmente, recebia homens, mulheres, menores e presos políticos em suas instalações.

A partir da década de 1940, diversas reformas tiveram lugar na ilha: mulheres e menores foram para instituições específicas, e regulamentos cada vez mais detalhados foram criados. Um novo código penal foi decretado. Apesar de algumas semelhanças com padrões europeus, o sistema penal brasileiro continuava a manter algumas especificidades. Juristas, fortemente influenciados pelo positivismo, entenderam que a regeneração da natureza criminosa dos indivíduos deveria ser feita pelo trabalho agrícola e não pela reflexão isolada de cada indivíduo. Nessa direção, duas grandes instituições federais foram criadas na Ilha Grande com o objetivo de recuperar contraventores e prisioneiros que cumpriam a fase final da pena: a Colônia Penal Cândido Mendes (CPCM) e a Colônia Agrícola do Distrito Federal (CADF). O controle do comportamento manteve-se associado à imputação do castigo corporal, que se associava à obrigatoriedade de um trabalho extenuante cuja remuneração só existia no texto da lei. A separação entre presos, prevista pela lei, dificilmente tinha lugar nos estabelecimentos carcerários. No regime repressivo do governo Vargas, por ordem do chefe de polícia, eram enviados para a ilha tanto presos políticos quanto presos comuns, e, dentre estes últimos, sentenciados com penas bem distintas. Comunistas; integralistas; alemães, italianos e japoneses acusados de espionagem; alcoólatras; menores reincidentes; assaltantes e criminosos, todos conviveram na ilha nesse período, ainda que em alguns casos em celas distintas e submetidos a regimes de internação diferenciados. Após duas décadas de funcionamento, as duas colônias encontravam-se decadentes, anacrônicas e ineficazes. As denúncias sobre maus tratos e condições inimagináveis de sobrevivência eram muitas. A entrada do país no período de industrialização acirrou as críticas à proposta de recuperação dos internos pelo trabalho agrícola. Com a transferência do distrito federal para Brasília, em 1960, as duas instituições passaram a ser administradas pelo Estado da Guanabara, e as verbas escassearam. A CPCM, localizada no Abraão, foi desativada em 1963, e a segunda –CADF – sofreu reformas, mudou de nome, e

manteve-se ativa como penitenciária de segurança máxima.

Na década de 1970, a então denominada Penitenciária Cândido Mendes, reunia presos comuns, assaltantes de bancos e presos políticos do governo militar, estes últimos condenados pela Lei de Segurança Nacional, decretada em 1969. Na década seguinte, organizações criminosas passaram a ter o controle interno da instituição, impondo novas normas e regras e a morte para os que se insurgissem contra sua liderança. A fuga do traficante de drogas, liderança no morro do Juramento, José Carlos dos Reis Encina, conhecido como Escadinha, em 1986, por meio de um helicóptero e sem ser detectada de imediato pelos agentes penitenciários e policiais militares tornou-se emblemática. Em 1994, o governo do estado do Rio de Janeiro autorizou a destruição da penitenciária por implosão. Apesar de novas leis e de uma série de medidas modernizadoras, as prisões da Ilha Grande cumpriram seus objetivos apenas por isolar os condenados. Mesmo nesse item, sofrivelmente, uma vez que os líderes mantiveram o controle de organizações criminosas de dentro do presídio e as fugas se tornaram cada vez mais frequentes. As penas impostas nada tinham em comum com o estabelecido pela lei, e a recuperação de internos também não se realizava. Pelo contrário, a partir da década de 1980, a prisão passou a formar lideranças criminosas. “Dois Rios” não foi exceção à regra. No Brasil, a violência e o fracasso do sistema penitenciário têm sido apontados ao longo do tempo e de seu território (Coelho, 1976; Ramalho, 1983; Salla, 1999; Bretas, 2009). Como diagnosticado pelo sociólogo francês, Louïc Wacquant (2001), as prisões brasileiras acumulam as taras das piores jaulas do Terceiro Mundo. Nas análises que são feitas desse sistema, encontramos, invariavelmente, a denúncia da enorme distância existente entre leis e práticas (Cancelli, 1994; Pedroso, 1995).

De tempos em tempos, os jornais fazem algum alarde sobre as más condições das prisões brasileiras. Recentemente, o livro da jornalista Daniela Arbex (2013) sobre a situação macabra de um dos maiores hospícios do Brasil, conhecido por Colônia, situado em Barbacena, Minas Gerais, teve alguma repercussão. A situação do hospício não é muito diferente daquela encontrada nas prisões, onde milhares de pessoas são expostas a doenças epidêmicas, seviciadas, violentadas e mortas. Aqueles que não têm ninguém para olhar por si, como explícito no primeiro código penal, sofrem abusos e torturas em instituições mantidas pelo Estado, com a conivência de médicos,

advogados, funcionários e também da população. Narrativas, relatos descritivos, explicações sociais, esses são instrumentos que pouco têm sensibilizado a população.

Ruínas e testemunhos: quando marcas do passado não são destruídas

Segundo o museólogo Mario Chagas (2006), há sempre uma gota de sangue em cada museu. Embora os museus sejam instituições que podem cristalizar o passado, produzir apenas entretenimento e se reduzir a depósitos de objeto, eles também trazem um potencial para mudanças.

A sobrevivência das ruínas da Colônia Penal Cândido Mendes, localizadas no Abraão, e do Instituto Penal Cândido Mendes, em Dois Rios, produz algum impacto nos visitantes. A Colônia Penal foi instalada nas edificações do antigo Lazareto, uma instituição construída ainda no Império para manter navios que chegavam ao Brasil de quarentena. Há ainda na ilha vestígios de construções, como o aqueduto, que trazem indícios da enorme infraestrutura que foi montada no local para permitir o funcionamento de grandes instituições governamentais. As ruínas, já parcialmente cobertas pela vegetação, dizem para o olhar atento que há algo a ser descoberto na atual reserva ecológica.

Após uma caminhada no meio da mata, aqueles que chegam à vila pela estrada de terra encontram duas fileiras de grandes palmeiras e um portão de entrada bem vigiado anunciando a chegada. As casas da vila são maltratadas, poucas pessoas circulam nos caminhos parcialmente cobertos pela mata, e há algumas edificações gigantescas em ruínas. O prédio do Ceads está localizado em um extremo da vila e não é visto facilmente. Para os turistas, a natureza continua exuberante, pois a praia, uma das mais bonitas da ilha, é ladeada por dois rios e cercada por montanhas. Não só o acesso à vila anda é difícil, aproximadamente 12 km de estrada de terra batida, mal conservada e sensível às intempéries, como, a partir de 17h, os inúmeros guardas que protegem as instalações universitárias pedem aos turistas que deixem a vila. A noite chega cedo na vila mal iluminada, e, mais uma vez, para os que lá residem, ou pernoitam com autorização da universidade, as ruínas, invadidas pela vegetação, silenciosas, vazias, aparentemente inúteis, parecem tomar conta de toda a vila.

Os caminhos percorridos ao longo de construções vazias se tornam compridos, intermináveis. As ruínas deixam claro que na vila Dois Rios os antigos presídios não desapareceram; elas impossibilitam o esquecimento.

Quando começamos a idealizar o projeto Ecomuseu Ilha Grande, diversas autoridades entrevistadas da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP/RJ) declaravam que nada havia em Dois Rios após a implosão do IPCM. Certamente, a intenção das autoridades, em 1994, foi destruir tudo o que lá havia. Contudo, os prédios que compunham a frente do presídio estavam em boas condições, e era impressionante perceber aquele espaço imenso, cheio de mato e ruínas, protegido pelos muros altos e suas guaritas. O corpo da guarda, ou seja, a porta de entrada, onde os policiais mantinham vigilância, com suas salas de apoio, estava muito bem conservado. A vegetação que se formou na laje do prédio ajudou a preservá-lo. Não havia infiltrações nas paredes, não havia abalo de estruturas. Esta construção central tinha, à sua direita, um muro que era contíguo a um prédio retangular, a antiga padaria, com seu grande forno e máquinas para virar a massa. No lado esquerdo, na direção do mar, havia dois prédios já bem invadidos pela vegetação, a antiga enfermaria e o necrotério. A surpresa maior foi encontrar o prédio do cinema ainda com teto, e com desenhos, frases e pinturas feitas nas paredes. Passando pela porta do cinema voltávamos para dentro da penitenciária. As ruínas do prédio da administração e dos dois grandes prédios com celas, logo atrás do corpo da guarda, formavam uma grande montanha de pedras e lajes. No canto direito desta montanha de pedaços de concreto, perto da antiga padaria, podíamos ver, dez anos atrás, a cozinha com suas panelas enormes e outros utensílios, bem como os muros e as guaritas, praticamente intactos.

Depois de longas caminhadas, é possível encontrar ruínas de um imenso aqueduto cobertas por limo e vegetação; uma obra faraônica para o período, que se desnuda na superposição das pedras e na construção bem montada dos arcos. Ele nos dá a dimensão da grandiosidade do projeto penal na ilha. Ainda estão cobertas de vegetação as ruínas do antigo cemitério. Nas minhas pesquisas consegui obter muito pouca informação sobre o cemitério. Presos que morriam em Dois Rios eram lá enterrados sem lápides, sem inscrições; aquelas preservadas são de antigos guardas ou de seus familiares.

A impressão que toda esta estrutura deixa nos visitantes é

muito forte. Mais do que qualquer narrativa, as ruínas nos fazem pensar. Não há como segurarmos nossa imaginação quando vagamos pelos cubículos escuros, labirínticos, estreitos e úmidos que trazem inscrições de diversos períodos que se confundem. Como seria a vida naquele lugar? Não são, portanto, os discursos, mas os registros que por lá pairam que anunciam o passado. A sensação de claustrofobia e desconforto une passado e presente. Hoje, muito do que havia dez anos atrás já desapareceu. A destruição acelerada não é resultado apenas da ação do tempo. Infelizmente, pouco antes da inauguração do Museu do Cárcere, em maio de 2009, parte do muro do presídio foi transformada em entulho para melhorar a estrada. A justificativa atual para a remoção contínua das ruínas são as cobras; elas vêm substituir o antigo mal-estar associado aos fantasmas.

No seu estudo sobre lugares da memória, Pierre Nora (1998, p.7-28) nos mostra que estes lugares surgem quando a memória já não é contínua; marcas do passado são herdadas sem serem resultado direto da seleção que é feita no presente. O monumento, apesar de ser imposto, negociado, ou mesmo almejado, representa apenas uma vaga referência ao que aconteceu. O importante é perceber que discursos historiográficos, relatos, imagens, fotografias, ruínas, todos são textos que se cruzam e se entrelaçam. Nenhum dá conta do outro. Um passeio pelas ruínas é uma experiência única, um texto que não pode ser substituído por outros. Cada pedra, cada marca, diz alguma coisa a alguém. As grades de ferro; a placa do necrotério; os livros destruídos; os resquícios dos muros; as guaritas; a imensidão do vazio; a aridez das lajes; as frases e inscrições que se espalham por todo o presídio, nas paredes, nos tijolos, nos pisos; todas as marcas de um passado lá perdidas podem trazer a dimensão da clausura e do arbítrio, com cores e sentimentos que não estão em outras narrativas. A história, como ciência do passado, talvez não dê conta da importância das ruínas, mas cabe a nós especialistas procurarmos em outras áreas e saberes apoio e sensibilidade nesta empreitada.

Ruínas guardam marcas do passado. Em 1994, as autoridades estaduais destruíram o prédio do Instituto Penal Cândido Mendes com explosivos. A tentativa de destruição dos prédios das penitenciárias caminha junto do desejo de esquecimento. As autoridades e a sociedade em geral partilham a crença de que, a cada espetáculo de destruição, mudanças acontecerão. A história tem mostrado que novas penitenciárias são construídas e que a violência surge de

forma ainda mais brutal. É preciso, portanto, lembrar e não esquecer. Mas a lembrança envolve emoção e, embora possa ser detonada pela informação, não se encontra por ela limitada. Muitas vezes a reconstrução do que foi destruído apaga as marcas do tempo. O passado reconstituído surge associado à ideia de completude e pode conduzir ao esquecimento, pois os inúmeros acontecimentos que ficaram de fora da narrativa perdem a possibilidade de serem traduzidos. Quando voltamos para o passado, temos apenas uma das interpretações possíveis de uma rede complexa de fatos, eventos, conflitos – muitos dos quais não deixaram marcas, foram silenciados. Por mais que o historiador procure, ele só pode dar conta de uma reconstituição parcial do passado. Lugares da memória proporcionam, em algumas situações, a compreensão de vidas, feitos, desejos que foram deixados à margem da história.

Há, portanto, sempre um perigo quando produzimos uma narrativa do passado. Uma das formas de lidarmos com estes limites é ampliarmos nossas percepções sobre os vazios, sobre o silêncio. Podemos dizer que os maus tratos, que se iniciam com condições sub-humanas de habitação, podem ser associados à precariedade econômica e política de praticamente um terço da população brasileira⁹. São os indivíduos destituídos de recursos, que dificilmente têm acesso ao espaço público, que apodrecem nas celas imundas de prisões e hospícios públicos. Seriam eles capazes de denunciar sua situação e fazer pressão social por mudanças? Seriam os demais cidadãos capazes de se identificarem com eles? Se houvesse empatia entre os que estão dentro e fora dos muros de um presídio, a violência seria rejeitada pela população. Contudo, o mais comum é encontrarmos na imprensa a crítica ao Estado por este proporcionar casa e comida aos “vagabundos e criminosos”. Nosso humanismo se expressa de forma seletiva, surgindo apenas quando vemos no “outro” um de nossos iguais. Esse “outro” é associado ao crime e, muitas vezes, a uma raça inferior. Ele torna-se um ninguém.

O sociólogo norte-americano Erving Goffman (1974), ao descrever instituições totais, como manicômios, prisões e conventos, mostrou que essas instituições, que têm por objetivo proteger a sociedade de pessoas que representavam uma ameaça, não se preocupam com o bem-estar destas últimas, pois cada segmento que

⁹ Ver, por exemplo, os conceitos de cidadania regulada e privação de desejos (Santos, 1979), ou ainda, de modernização seletiva (Souza, 2000).

está presente na instituição concebe o outro através de estereótipos limitados e hostis. Nas prisões, por exemplo, os guardas são sempre os superiores e os internados são sempre os inferiores. A hierarquia é mantida a partir de uma série de estratégias que visam desestruturar a identidade daqueles que são considerados inferiores, como a proibição de lhes facultar a razão; a obrigatoriedade do cumprimento de regras sejam elas racionais ou irracionais; e a destituição de sinais que lhes são caros, como nome, vestimentas, corte de cabelo, e, até mesmo, posturas corporais.

Durante os cem anos de funcionamento (1894 a 1994), apesar das diferentes estruturas jurídicas e penais, a violência e a desqualificação dos internos foram aspectos presentes nas prisões da Ilha Grande (Santos, 2009). As notícias de maus-tratos e sevícias estão presentes em matérias esporádicas de jornais. Nos relatos oficiais, aspectos como superpopulação, morosidade judiciária, falta de higiene, doenças epidêmicas são uma constante. Há também processos instaurados contra guardas, devido à violência e até mesmo morte de algum interno, mas que, contudo, resultavam, invariavelmente, na absolvição dos agressores. Os presos políticos, oriundos em sua maioria de setores da população que detinham mais recursos e poder, conseguiram dar visibilidade ao que vivenciaram e presenciaram. O relato do escritor e jornalista Orígenes Lessa sobre sua prisão, motivada pela participação na Revolução Constitucionalista de 1932, nas antigas celas úmidas do Lazareto, no Abraão, é emblemático (Lessa, 1933). Um dos depoimentos mais detalhados e indignados é sem dúvida aquele deixado pelo escritor Graciliano Ramos (1953), preso em 3 de março de 1936, em Maceió, e transferido para o Rio de Janeiro, no porão do navio Manaus, com muitos outros presos. Foi levado da Casa de Detenção para a Colônia Correccional de Dois Rios, onde ficou por 18 dias junto aos presos comuns. A denúncia minuciosa das péssimas condições a que eram submetidos os presos compôs o segundo volume de sua obra, um legado maldito para os administradores da prisão. Alguns anos mais tarde, comunistas e integralistas que chegaram à ilha, deixaram relatos autobiográficos importantes. Eles haviam sido transferidos da Colônia Agrícola de Fernando de Noronha para a Ilha Grande, por ocasião da declaração de guerra do governo brasileiro aos países do eixo, na II Guerra Mundial, Segundo Leôncio Basbaum (1976), médico, escritor e

militante do Partido Comunista Brasileiro, ele e seus companheiros se mantiveram unidos através dos coletivos, e foram capazes de preservar a integridade física e moral. Ainda segundo ele, os guardas penitenciários, diferentemente da maneira como lidavam com presos comuns, reconheciam nos presos políticos indivíduos com estudo e certo prestígio social e os tratavam com um pouco mais de respeito.

É interessante observar que, até a década de 1980, não encontramos relatos de presos comuns que passaram pela Ilha Grande. Eles eram majoritariamente jovens, pobres, negros ou mestiços, com pouca ou nenhuma educação, e sem acesso à imprensa, à justiça, ou aos fóruns de participação política. Os testemunhos deixados por presos comuns começam a surgir na década de 1980. Oriundos de uma classe média baixa em busca de ascensão social, assaltantes de bancos e traficantes tornaram-se, na prisão, lideranças de organizações criminosas. Eles foram capazes de construir uma nova hierarquia no interior dos presídios, submetendo a chamada “massa carcerária” aos seus interesses. Nos livros, eles se descrevem como heróis sociais, sendo capazes não só de se proteger, mas de dar suporte e liberdade aos “irmãos” e “companheiros” que se agregavam ao grupo¹⁰.

Portanto, os relatos a que tivemos acesso para escrever a história das prisões da Ilha Grande não foram feitos por aqueles que foram submetidos à fome, ao frio, aos espancamentos e às doenças. Um dos mecanismos de defesa mais conhecido dos processos de memória é o esquecimento. Onde há dor, vergonha, humilhação e sofrimento, há esquecimento, uma forma de se proteger da dor que continua presente. É compreensível, portanto, que a história da instituição, com suas leis e regulamentos, seja incompleta. Hoje contamos com diversos testemunhos de guardas penitenciários e policiais militares que trabalharam no IPCM. Mas a história dos guardas difere daquela que poderia ser contada pelos presos. Filhos de funcionários que moraram na vila Dois Rios descrevem uma infância constituída por brincadeiras de pipas, jogos de futebol, escola, igreja, praia, churrascos e namoros¹¹. O universo dos presos era outro, como já mencionado, embora

10 O livro mais famoso deste grupo é o de William da Silva Lima, também conhecido como “professor”. O livro foi filmado pelo diretor Caco Souza, em 2010, com roteiro de Victor Navas e colaboração do escritor Julio Ludemir. Ambos, livro e filme, encontram-se disponíveis em: <<https://www.google.com.br/#q=william+da+silva+lima+quatrocentos+contra+um>> e <<http://www.youtube.com/watch?v=U23JbizpoPw>>. Acesso em: 10 set.2013.

11 O blog “Colônia Dois Rios - Presídio da Ilha Grande” foi criado em agosto de 2009, por Antonio Pereira de Souza Neto, filho de um ex-funcionário do presídio. Disponível em: <<http://coloniadoisrios-ilhagrande.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 10 set. 2013.

alguns indivíduos circulassem entre os dois mundos. Várias histórias entrelaçadas, várias histórias em conflito. Nós não temos apenas uma narrativa sobre o passado, e quando cristalizamos uma delas, ainda que apoiada em objetos, estudos, documentos, estamos correndo o risco de eliminarmos as outras narrativas.

Ruínas e testemunhos são importantes. Diferentemente da reconstrução historiográfica, que procura explicar o passado, a ruína apenas nos oferece o registro. Mas enquanto a primeira simplifica e reduz a complexidade, a segunda não nos fecha o caminho, ela deixa em aberto a imaginação da complexa trama que foi deixada para trás. O mesmo se pode dizer dos testemunhos, que, embora incompletos, pessoais, atravessados por sentimentos e emoções, são capazes de unir passado e presente através de uma comunicação aparentemente desfeita.

Referências

- ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro** – Vida, Genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2013.
- BANDEIRA, Esmeraldino. O Criminoso e a Penitenciária. **Revista da Faculdade Livre de Direito da Cidade do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. V, 1909.
- BASBAUM, Leôncio. **Uma vida em seis tempos**. São Paulo: Alfa e Omega, 1976.
- BRETAS, Marcos Luis et al. (org.). **História das Prisões no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.
- CHAGAS, Mario. **Há uma gota de sangue em cada museu**. A ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.
- COELHO, Edmundo Campos. **A Oficina do Diabo**. Rio de Janeiro: Iuperj/Espaço e Tempo, 1976.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Trad. Dante Moreira. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- FOUCAULT, Michel. **Surveiller et Punir: Naissance de la prison**. Paris: Gallimard, 1975.
- LESSA, Orígenes. **Ilha Grande: do jornal de um prisioneiro de guerra**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1933.
- LIMA, William da Silva. **Quatrocentos contra um: uma história do comando vermelho**. São Paulo: Labortexto, 2001.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História. A problemática dos lugares. Tradução Yara AunKhoury. Projeto História n. 10. **Revista do Programa de Estudos Pós-Gradua-**

- dos em História e do Departamento de História da PUC-SP**, 1993. Disponível em: <<http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>>. Acesso em: 10 set.2013.
- PEDROSO, Regina Célia. Utopias penitenciárias: Projetos jurídicos e realidade carcerária no Brasil, s/d. Disponível em:<<http://www1.jus.com.br/doutrina>>. Acessoem: 10 set.2013.
- POLLOCK, Griselda;ZEMANS, Joyce.**Museums AfterModernism:Strategies of Engagement**. Oxford: Blackwell, 2007.
- RAMALHO, José Ricardo. **O Mundo do Crime**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- RAMOS, Graciliano. **Memórias do cárcere**. São Paulo: Livraria Martins, 1953.
- SALLA, Fernando. **As Prisões em São Paulo: 1822-1940**. São Paulo: Annablume, 1999.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda. Os espetáculos da destruição e a manutenção do sistema. In:BIRMAN, Patrícia (orgs.).**Dispositivos urbanos e tramas dos viventes: ordens e resistências**. (noprelo)
- _____.Prisons, Violence and Transnational Configurations. In: COSTA, Sérgio et al. (eds.). **The plurality of modernity: Decentering sociology**. München, Mering: Rainer HamppVerlag, 2006, v.1.p. 71-85.
- _____. **Porões da República:a barbárie nas prisões da Ilha Grande: 1894-1945**. Rio de Janeiro: Eduerj/Garamond, 2009.
- SOUZA BANDEIRA, Antonio Herculano. **A Questão Penitenciária no Brasil**. Rio de Janeiro: Oliveira, 1881.
- WACQUANT, Loïc J. D. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Recebido em 15/08/2013

Aprovado em 15/09/2013